

## **A cristalização da “eterna imagem do passado” nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para a sua superação?**

*The crystallization of the “eternal image of the past” in the preservation practices in Brazilian historic sites: perspectives to overcome it?*

*La cristalización de la “eterna imagen del pasado” en las prácticas conservacionista de los sitios históricos brasileños: ¿perspectivas para la superación de ellos?*

Natália Miranda VIEIRA

Doutora em Desenvolvimento Urbano pela UFPE; Professora do DARQ e PPGAU-UFRN;  
vieira.m.natalia@gmail.com

José Clewton do NASCIMENTO

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA; Professor do DARQ e PPGAU-UFRN;  
jclewton@hotmail.com

### **RESUMO**

O presente artigo se propõe a refletir sobre a abordagem das práticas preservacionistas realizadas pelo órgão federal de preservação patrimonial, o IPHAN – ou de outras instituições, que seguem as referências/recomendações definidas pelo IPHAN – que tendem a perpetuar um ideário baseado na busca da cristalização de determinadas “eternas imagens do passado”. Destacamos, nesta reflexão, as contradições entre a teoria e a prática em muitas das experiências de conservação de sítios históricos brasileiros, uma vez que esta postura idealizadora de um passado “original” permanece fortemente ligada às definições oitocentistas de restauração. Assim, buscamos relacionar esta prática ao arcabouço teórico da restauração e conservação, em especial as contribuições observadas entre a segunda metade do século XX (Cesare Brandi) e o início do século XXI (Salvador Muñoz-Viñas). Para exemplificar a análise aqui empreendida, apresentaremos alguns exemplos de intervenções idealistas realizadas em cidades de pequeno e médio porte pelo IPHAN do Ceará. Mais do que verificar/comprovar determinada prática, buscamos aqui refletir sobre as possibilidades para a superação de tais atitudes. Como aproximar discussões teórico-acadêmicas da prática utilizada pelas instituições patrimoniais brasileiras? Qual o legado das posturas brandianas e o que a teoria contemporânea da conservação tem a acrescentar? Como superar a recente dicotomia surgida entre Brandi x Muñoz-Viñas, ressaltando as importantes contribuições de cada um deles, em busca de uma prática conservacionista inclusiva e autêntica?

**PALAVRAS-CHAVE:** autenticidade, integridade, legibilidade, intersubjetividade, negociação.

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012**ABSTRACT**

*The present article intends to propose a reflection on the approach of the preservation practices accomplished by the federal heritage organ of preservation - IPHAN – or of other institutions, that follow the references / recommendations established by IPHAN – that tend to perpetuate a set of ideas based on the search of the crystallization of certain "eternal images of the past." We highlight, in this reflection, the contradictions between theory and practice in many of the experiences of conservation of Brazilian historical ranches, since this idealized view of an "original" past remains strongly linked to the definitions restoration that were used in the 1800s For this reason, we attempt to relate this practice to the theoretical framework of the restoration and conservation, especially the contributions observed between the second half of the XX century (Cesare Brandi) and the beginning of the XXI century (Salvador Muñoz-Viñas). To exemplify the analysis here undertaken, we will present some examples of idealistic interventions accomplished in small and medium-sized cities by the IPHAN of Ceará. More than to verify / confirm a specific practice, our aim here is to reflect about the possibilities for the overcoming of such attitudes. How to approximate theoretical-academic discussions and the practices used by Brazilian patrimonial institutions? What is the legacy of the brandian standpoint and what can the contemporary theory of conservation add to it? How to overcome the recent dichotomy between Brandi and Muñoz-Viñas, emphasizing the important contributions of each one of them, in search of an inclusive and authentic conservation practice?*

**KEY-WORDS:** authenticity, integrity, legibility, inter-subjectivism, negotiation.

**RESUMEN:**

*El presente artículo se propone a reflexionar sobre el enfoque de las prácticas conservacionistas realizadas por el órgano federal de preservación del patrimonio, el IPHAN – o de otras instituciones, que siguen las referencias y recomendaciones definidas por el IPHAN – que tienden a perpetuar un ideario basado en la búsqueda de la cristalización de determinadas "eternas imágenes del pasado". En esta reflexión, destacamos las contradicciones entre la teoría y la práctica en muchas de las experiencias de conservación de sitios históricos brasileños, una vez que esta postura idealizadora de un pasado "original" permanece fuertemente vinculada a las definiciones de restauración del siglo XIX. Así, procuramos relacionar esta práctica al marco teórico de la restauración y conservación, en especial las contribuciones observadas entre la segunda mitad del siglo XX (Cesare Brandi) y el comienzo del siglo XXI (Salvador Muñoz-Viñas). Para ejemplificar el análisis realizado, presentaremos algunos ejemplos de intervenciones idealistas realizadas en ciudades de pequeño y mediano porte por el IPHAN en Ceará. Más que verificar/comprobar determinada práctica, intentamos aquí reflexionar sobre las posibilidades que se vuelcan hacia la superación de las actitudes. ¿Cómo acercar discusiones teóricas y académicas de la práctica utilizada por las instituciones patrimoniales brasileñas? ¿Cuál el legado de las posturas brandianas y qué tiene a añadir la teoría contemporánea de la conservación? ¿Cómo superar la reciente dicotomía que surgió entre Brandi y Muñoz-Viñas, resaltando las importantes contribuciones de cada uno de ellos, en busca de una práctica conservacionista inclusiva y auténtica?*

**PALABRAS-CLAVE:** autenticidad; integridad; legibilidad; intersubjetividad; negociación.

**1. A PRÁTICA PRESERVACIONISTA BRASILEIRA "OFICIAL": forjando o "estilo patrimônio".**

A orientação de garantir a uniformidade dos aspectos estilísticos das cidades históricas de maior interesse, originalmente observada na política de preservação<sup>1</sup> posta em prática pelo antigo SPHAN, passa a apresentar, como alvos de preservação oficial no Brasil, os primeiros núcleos antigos, a partir de critérios de seleção que evidenciavam o predomínio do valor artístico sobre o valor histórico. Ou seja: a cidade é evidenciada pelo seu caráter formal, como

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

obra de arte. Prevalecerá aí uma visão ancorada na necessidade da criação de referências para a compreensão de nossa identidade nacional, onde o elemento tradição funcionará como orientador para a construção de um futuro promissor. Deriva também desta abordagem, o estabelecimento de uma parametrização da ação interventiva no âmbito edilício, que será tomada, praticamente como uma verdadeira “receita” a ser seguida. Esta forma de se intervir foi popularizada como “estilo patrimônio”(MOTTA, 1987).

Ouro Preto é o exemplo clássico desta postura e, podemos dizer, é o locus para o forjamento do conceito do “estilo patrimônio”. Como primeiro sítio histórico tombado pelo órgão federal de preservação patrimonial, será utilizado como referência para a prática que será perpetuada a nível nacional.<sup>ii</sup> Como sabemos, o período inicial de atuação do então SPHAN, foi marcado pela forte presença de intelectuais modernistas entre seu quadro técnico.<sup>iii</sup> Esta presença aliada a necessidade e busca por uma “identidade nacional” caracteriza-se pela valorização da arquitetura produzida no período colonial e pela total ausência de atribuição de valor à produção eclética. Seguindo esta linha de raciocínio, Ouro Preto será totalmente homogeneizada, apagando os traços ecléticos já existentes em seu espaço urbano e arquitetônico e, indo além, construindo áreas completamente novas na ocupação da cidade a partir da utilização do vocabulário arquitetônico colonial. Ou seja, criando, em grande medida, um verdadeiro cenário artificial e homogêneo.<sup>iv</sup>

Ao longo dos quase 80 anos de período de atuação, as ações empreendidas pelo IPHAN apresentam mudanças de abordagens conceituais. Estas abordagens passaram da percepção das cidades históricas como *Monumento* – onde prevalecia a noção de artefato de notoriedade sob o ponto de vista artístico – para a identificação da cidade como *Documento* – testemunho de uma civilização particular que indique uma evolução significativa, sendo tratada como *acontecimento histórico*. A *cidade-documento* se apresenta, portanto, como testemunho material da(s) história(s) da sociedade – do povo – brasileiro. Mais recentemente observamos a emergência da “cidade-atração” que está inserido no contexto de exploração econômica e imagética das áreas de valor patrimonial (SANT’ANNA, 1995; SANT’ANNA, 2004).

Não apenas a nível nacional, o que temos observado é a ampliação da noção de patrimônio que vai tornando-se paulatinamente mais inclusiva abarcando todos os “objetos culturalmente significativos”. A percepção da “cultura” em seu sentido antropológico amplo, considerando-a como um “conjunto de crenças, valores, conhecimento e usos de um grupo social” que “inclui manifestações do dia-a-dia de qualquer grupo social” (MUÑOZ VIÑAS, 2005: 55 – tradução dos autores). Apesar do órgão federal brasileiro permanecer com a denominação de “Instituto do **Patrimônio Histórico e Artístico** Nacional”, representando a visão constituída acerca do patrimônio quando da sua criação na década de 30, o termo que melhor representa o entendimento atual é o de **Patrimônio Cultural**. Dentro desta visão ampliada estariam contempladas as manifestações culturais e todo o patrimônio material e imaterial.

No entanto, apesar da ampliação das abordagens conceituais, que evidenciam novas orientações acerca dos aspectos relacionados à definição de “sítio histórico” a ser preservado, quanto à prática intervencionista atual, o que identificamos é a continuidade de algumas práticas que foram estabelecidas no período de consolidação do IPHAN no Brasil, e que criaram bases “sólidas” na forma de intervir (tradição?). Uma significativa parcela de intervenções urbanas e arquitetônicas realizadas nos sítios históricos sob proteção no âmbito federal patrimonial no Brasil, estão pautadas em uma representação constituída de que este patrimônio é tratado como uma “reliquia”, onde ainda prevalece a visão de que é necessário

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

garantir a sua “feição primitiva”, sua “identidade” a partir, predominantemente, da afirmação de seus aspectos formais, definidos como elementos caracterizadores de uma determinada época e determinado lugar. Nesse âmbito, os espaços urbanos constituintes da envoltória desses edifícios – as “joias de valor” definidas com “edifícios destacados” - necessitam adequar-se a parâmetros que garantam a condição de visibilidade e ambiência de tais edifícios.

A reconstrução mimética do antigo casarão do Hotel Pilão na Praça Tiradentes em Ouro Preto, ocorrida em 2006, demonstra como, na prática, permanecemos reféns de um entendimento da prática restaurativa baseada em princípios oitocentistas (ver Figura 1). O casarão, totalmente destruído em incêndio no ano de 2003, poderia ter se constituído em uma ótima oportunidade para que Ouro Preto, lócus de formação e aplicação do “estilo patrimônio”, desse um grande passo no sentido de demonstrar atualização da prática intervencionista atual seguindo conceitos contemporâneos de restauro. Vale destacar a importante contribuição de Dourado (2003: 13) que poderia ter orientado uma proposição bem diferenciada da que foi realizada: *“Dessa maneira, deve-se construir um edifício no lugar do antigo casarão, mas não o casarão perdido. Só assim o novo edifício, proposto naturalmente em linguagem contemporânea, deverá então restaurar toda a cidade comprometida e a ela fará jus.”*

A sugestão colocada por Dourado (2003) está exatamente baseada na busca pela *unidade potencial* proposta por Cesare Brandi, como detalharemos mais adiante, que visa o alcance de um resultado que recupere a integridade do conjunto sem desqualificar a sua autenticidade. Entretanto, infelizmente, apesar de alertas como o realizado por Dourado (2003), não foi isso que ocorreu. O Boletim Patrimônio (n. 2 de 20 de abril de 2006) realizado pelo Sistema FIEMG<sup>v</sup>, cuja capa apresenta a seguinte chamada *“Das Chamas ao Esplendor”*, tendo ao fundo imagens do incêndio e do casarão mimeticamente reconstruído, se encarrega de exaltar tal reconstrução como o se esta representasse uma iniciativa de destaque em nossa prática preservacionista. E infelizmente, é esta postura que tem sido amplamente defendida e realizada, em grande medida, por nosso órgão federal de preservação em exemplos que estão espalhados por todo o país.

Figura 1: Casarão reconstruído na Praça Tiradentes. Note-se na imagem a única área remanescente da edificação que sofreu o incêndio: as três portadas em pedra no canto direito inferior da imagem. O remanescente e o reconstruído estão completamente fundidos em um grande pastiche. Fonte: Paula Maciel Silva, 2012 (publicação autorizada pela autora).



**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

Já em 2012, mais uma triste notícia que só confirma a distância em que nos encontramos da superação da prática de cristalização de determinadas imagens do passado: o Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, passa por obras de restauração que pretendem retorná-lo às “formas originais do século XVII”!

(...) Para isso, parte da fachada da Igreja de Santo Antônio será cortada, recuperando os contornos originais. Janelas serão reduzidas, paredes derrubadas, entre outras intervenções, para que tudo fique igual ao passado. (...) O exterior da igreja, com seu antigo frontão triangular e uma janela circular aberta para dentro do templo será reconstituído. Os adornos vistos hoje na parte superior serão removidos assim com os vitrais alemães. As três janelas da fachada, aumentadas e modificadas no passado, ganharão seu tamanho e características do período colonial (LIMA, 2012).

Talvez a imagem que segue seja uma das últimas onde ainda podemos apreciar o conjunto franciscano carioca com suas marcas pela passagem do tempo e como é reconhecido pela população do Rio de Janeiro e do Brasil há vários anos (ver Figura 2). Esta atitude nos faz entristecer e pensar que ainda estamos dentro do mesmo contexto que na década de 70 levou a restauração de reconstituição de uma imagem idealizada da Igreja da Sé em Olinda.<sup>vi</sup> Esta atitude na década de 70 ainda é possível de se entender pela pouca distância temporal existente entre ela e as proposições do restauro crítico brandiano em meados da década de 60. Mas em pleno século XXI, em 2012??

Figura 2: Conjunto Franciscano do Rio de Janeiro em processo de restauro baseado em princípios oitocentistas.  
Fonte: Vieira, 2012.



É importante destacar aqui que alguns autores têm entendido estes movimentos em busca de uma suposta feição original como um resultado de uma fixação pela busca de autenticidade de determinada obra (MUÑOZ VIÑAS, 2005). Esta é uma interpretação que não dá conta do desenvolvimento conceitual recente do termo AUTENTICIDADE e tem criado grandes equívocos ao relacionar a busca pela autenticidade com o que, na verdade, é uma visão oitocentista de restauro que, ao contrário, traz grandes prejuízos à conservação de conjuntos autênticos. A autenticidade do material não se busca, ela existe ou não e quando existe deve ser alvo de atenção nas decisões acerca da conservação. Retomaremos este ponto mais adiante.



**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

O artigo visa discutir a perspectiva de abordagem de atuação das práticas preservacionistas realizadas pelo IPHAN – ou de outras instituições, que seguem as referências / recomendações definidas pelo IPHAN – que tendem a perpetuar este ideário da busca da cristalização de determinadas “eternas imagens do passado”, relacionando-a ao arcabouço teórico da restauração/conservação, destacando, assim, as contradições entre a teoria e a prática corrente no Brasil. Mais do que verificar/comprovar determinada prática, buscamos aqui refletir sobre as possibilidades para a superação de tais atitudes. Como aproximar discussões teórico-acadêmicas da prática utilizada pelas instituições patrimoniais brasileiras?

## 2. REVISITANDO ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

O século XX é perpassado pelos desdobramentos das abordagens conceituais estabelecidas no século anterior, notadamente as de Viollet Le Duc e John Ruskin, sendo incorporadas as contribuições, entre outros, de Camillo Boito, Alois Riegl e Cesare Brandi. Já neste século, destaca-se a contribuição do espanhol Salvador Muñoz Viñas.

Ruskin e Viollet Le Duc são reconhecidos como os pioneiros da constituição do campo de reflexão da restauração representando os dois extremos possíveis de atitudes intervencionistas: de um lado a postura respeitosa a ponto de não acreditar na possibilidade de restauração<sup>vii</sup> e, de outro, a postura altamente invasiva baseada exatamente na busca por uma uniformidade estilística, no fetiche pelo “original”. Visão esta que é exatamente ainda muito presente na prática intervencionista do IPHAN até os dias de hoje.

O primeiro trabalho de síntese, de maior influência, destes dois teóricos iniciais será formulado pelo italiano Camillo Boito. Boito passará a buscar uma forma de intervir nos prédios garantindo que a sua autenticidade não seja agredida. A construção teórica deste autor buscará a garantia de preservação do valor documental do monumento (BOITO, 2002: 21). Boito procura sistematizar e tornar a prática da restauração algo mais didático e acessível. Porém, seus princípios acabam sendo difundidos e utilizados como uma verdadeira “cartilha” com tarefas a serem cumpridas, praticamente convertendo-se em uma simples “receita de bolo”. Já está mais do que claro que atitudes predeterminadas não são recomendáveis para o tratamento da questão restaurativa.

A contribuição de Boito é de grande relevância, colocando vários princípios gerais válidos, porém, estes, são menos lembrados do que as “fórmulas elaboradas”. Na rígida aplicação da didática “boitiana”, podemos observar a centralidade do valor histórico, uma vez que, cada achado ocorrido dentro do processo de restauração deva permanecer aparente e identificável. Neste sentido, o valor artístico do conjunto é considerado como subordinado ao valor documental das partes encontradas. Entretanto, se nos determos em seu texto poderemos encontrar colocações que se distanciam desta prática e se aproximam da contribuição moderna de Cesare Brandi: *“Pode-se acrescentar, ademais, que as coisas mais velhas são sempre, em geral, mais veneráveis e mais importantes do que as menos velhas; mas que, quando estas últimas se mostram mais belas do que as outras, a beleza pode vencer a velhice”* (BOITO, 2002: 26).

No início do século XX teremos a inestimável contribuição de Alois Riegl em seu *El culto moderno a los monumentos*. Riegl, incumbido de redigir uma legislação preservacionista percebe a necessidade de uma reflexão teórica que torne possível o enfrentamento desta

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

problemática de uma forma mais consciente. É nesta busca que Riegl formula uma verdadeira teoria dos valores, estabelecendo uma conceituação e classificação dos valores com os quais temos que lidar ao tratar da questão preservacionista.

Ajudando a trilhar o caminho de construção desta disciplina restaurativa, encontramos a Teoria da Restauração de Cesare Brandi. Logo de início, Brandi ressalta que a restauração de uma obra de arte vai muito além do restabelecimento de uma função, pois este não é o aspecto central para uma obra de arte, na verdade deveremos buscar o restabelecimento da “unidade potencial”. Aqui percebe-se a centralidade do valor artístico para Brandi, porém, respeitando sempre a condição histórica: “...as instâncias histórica e estética devem fixar o limite do que pode ser reestabelecido... sem que se cometa um falso histórico ou se perpetue uma ofensa estética” (BRANDI, 2004). Sua contribuição vai além da teoria, pode-se observar sua experimentação prática durante os anos em que esteve à frente do Instituto Central de Restauração (ICR) de Roma. A contribuição “brandiana” é de uma importância atualíssima, porém, ainda permanece incompreendida e desconhecida por muitos. A não citação de sua obra no livro de Françoise Choay, *A alegoria do Patrimônio*, publicado pela primeira vez em 1992, é um claro exemplo deste fato. A “unidade estilística” de Viollet le Duc que se preocupa com a leitura artística do conjunto se moderniza no conceito da “unidade potencial” de Brandi que permanece ressaltando a prioridade ao valor artístico, porém, sem atentar contra a autenticidade.

A crítica recorrente que se faz a teoria brandiana diz respeito ao fato do autor estar concentrado na restauração de “obras de arte”. Obviamente que diante da conceituação atual do patrimônio cultural não podemos entender apenas as obras de arte como objetos de conservação.<sup>viii</sup> Porém, vários dos conceitos introduzidos por Brandi permanecem constituindo um ferramental prático muito importante para a prática intervencionista no aspecto material de edificações com reconhecido valor patrimonial. O conceito de *Unidade Potencial*, por exemplo, oferece uma reflexão muito pertinente a um trabalho de conservação que procura dar conta da preservação da autenticidade e da integridade de um bem de forma concomitante.

Aqui entramos em outro campo minado. Muito tem se discutido a respeito dos conceitos de autenticidade e integridade no campo da conservação. Como é intrínseco ao campo, esta discussão não vem desacompanhada de polêmica e posturas divergentes. Entretanto, podemos destacar algumas contribuições recentes que trabalham estes conceitos a partir da noção ampliada de patrimônio cultural e não com uma visão estreita concentrada na materialidade do bem.

A definição de integridade que pode ser observada no “Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention”, de 2005 diz que: “A integridade é uma medida da completude e do caráter de intacto do patrimônio natural e/ou cultural e seus atributos”<sup>ix</sup> (UNESCO, 2005). A partir da apresentação de uma série de exemplos, Jokilehto (2006) considera que a determinação de uma área como patrimônio mundial tem sido resultado do exame do que ele chama “integridade sócio-funcional” de determinado sítio à luz dos valores locais. Esta “integridade sócio-funcional” diz respeito à identificação de funções e processos nos quais o desenvolvimento de determinada área tem se baseado, ao longo do tempo. Entretanto, o autor ressalta a importância do patrimônio edificado para a identificação desta integridade:

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

A identificação espacial dos elementos que documentam essas funções e processos ajuda a definir a 'integridade estrutural' do lugar, referindo-se ao que sobreviveu de sua evolução ao longo do tempo. Esses elementos proporcionam um testemunho da resposta criativa e da continuidade nas estruturas construídas, fornecendo o sentido do conjunto espacial e ambiental da área (JOKILEHTO, 2006 – tradução nossa).

Jokilehto também levanta a importância da "integridade visual" que ajuda a definir os aspectos estéticos representados pela área. Percebemos, então, que a abordagem atual do conceito de integridade não diz respeito apenas ao aspecto material, estando de acordo com a abordagem ampliada contemporânea da noção de patrimônio (integridade visual e integridade sócio-funcional). A interpretação da integridade como sinônimo de "puro" é um equívoco (CLAVIR, 2002). A ideia de "completude" presente no conceito de integridade diz respeito à capacidade dos atributos transmitirem a significância de um bem. A avaliação da integridade deve incorporar o sentido de continuidade. "*Não é uma integridade estacionada no momento da concepção do projeto, nem mesmo no edifício recém-construído, mas considera o percurso ao longo de sua história*" (SILVA, 2012:32). Destaca-se ainda a presença deste conceito desde as contribuições de Boito e Brandi.

No que diz respeito à autenticidade, é importante ressaltar a ampliação do conceito a partir, especialmente, das discussões ocorridas na Conferência de Nara em 1994, passando a considerar atributos tangíveis e intangíveis (LARSEN, 1994).

Jokilehto (2006) nos lembra que ao tratar da autenticidade, estamos lidando com as noções de continuidade e mudança. O autor defende que, para tornar mais claro o conceito de valor universal, é preciso reconhecer a diversidade cultural como a essência do patrimônio da humanidade. Assim, ele defende que a autenticidade de determinada obra é diretamente proporcional à contribuição criativa e inovadora que esta representa. Então, a conservação de determinada obra é um processo que requer o entendimento e apreciação de vários significados, não se limitando ao aspecto material.

Stovel (2007) reconhece a dificuldade em se chegar a um consenso em torno dos termos de autenticidade e integridade, mas defende a importância dos mesmos enquanto "condições qualificadoras" essenciais tanto para o momento de definição do que é patrimônio da Humanidade quanto para a gestão e monitoramento da conservação. Ele ressalta ainda que ambos os conceitos se relacionam diretamente com a habilidade de um bem cultural transmitir/ expressar/comunicar significância. Ou seja, absolutamente de acordo com alguns dos princípios fundamentais das proposições da Teoria da Conservação Contemporânea comentada a seguir.

Já no início do século XXI teremos a contribuição do espanhol Salvador Muñoz Viñas, professor do Departamento de Conservação da *Universidad Politécnica de Valencia*, que publica a Teoria Contemporânea da Conservação (MUÑOZ VIÑAS, 2005). O eixo das argumentações de Muñoz Viñas encontra-se no que ele chama de "intersubjetividade", a negociação/relação entre diferentes subjetividades de diferentes atores envolvidos no processo de conservação. Esta contribuição deve ser entendida dentro do contexto de ampliação do conceito de patrimônio que passa da percepção inicial concentrada nos aspectos artísticos e históricos (noção de Patrimônio Artístico e Histórico) para a percepção atual que considera valores tangíveis e intangíveis, o patrimônio material e o imaterial, não como coisas separadas mas como os dois lados de uma mesma moeda (noção de Patrimônio Cultural).



**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

Um primeiro destaque que se faz na obra do Muñoz Viñas é a conceituação do termo “conservação”. O autor esclarece que o objetivo do seu livro é tratar da conservação, que não é resultado exclusivo da ação de conservadores. Ele trabalha com “*a noção de conservação como uma **atividade** que lida com objetos culturalmente significativos*” que inclui mas não se resume à noção de conservação como “*uma **profissão** que lida com objetos culturalmente significativos*”. “*Os princípios teóricos que se aplicam à primeira irão necessariamente ser aplicados na seguinte*” (MUÑOZ VIÑAS, 2005: 29,30 - tradução dos autores). Ou seja, o autor destaca a necessidade de uma visão mais abrangente que não se concentra na abordagem do expert, na visão dos arquitetos. Com certeza está é uma importante contribuição, porém, os deslizos iniciam quando, ao definir uma teoria “contemporânea” da conservação, o autor defende que as por ele denominadas como “teorias clássicas” são “coisas do passado” (MUÑOZ VIÑAS, 2005: 13 - tradução dos autores). Para nós, aí está um grande engano, especialmente quando o autor coloca dentro do pacote das “teorias clássica” as contribuições do restauro crítico, onde destacamos as reflexões de Cesare Brandi.

(...) um outro (equivoco), também freqüente, de decretar superado o pensamento de Brandi, sem se dar ao trabalho de explicitar o porquê dessa afirmação. Se estivesse superado, significaria que os conceitos presentes nas formulações de Brandi não mais podem ser repensados para as circunstâncias atuais, tornando-se inoperantes – algo que a reflexão teórica e a atuação prática, hoje, negam (a exemplo, como citado, de Athöfer, Basile, etc.). Diverso é afirmar que existem diferentes posturas na atualidade; isso é algo que sempre ocorreu e continua a acontecer no campo da restauração; existem correntes não-brandianas (e até mesmo antibrandianas). Deve-se especificar que a Teoria da restauração nunca foi uma unanimidade, assim como nunca houve homogeneidade total no campo, mas isso não significa superação do pensamento brandiano; no máximo, discordância e pluralidade (KÜHL, 2007: 204).

Muñoz Viñas (2005: 23, 24) ressalta a coexistência, no final do século XX, do que ele chama da “visão estética” brandiana com a importante contribuição da “nova conservação científica” que se caracteriza mais como uma “*atitude em direção a técnicas de conservação do que uma teoria da conservação propriamente dita*”. Nesta “nova conservação científica” as “ciências duras” como a física e a química tem um papel central. O autor sugere ainda que a “visão estética”, segundo ele baseada no valor artístico, será mais presente nos países latino-americanos enquanto que a “nova conservação científica” será muito significativa nos países anglo-saxões. Aqui destacamos o que entendemos ser outro equivoco de interpretação ao vincular a teoria brandiana apenas ao valor estético quando a reflexão deste autor claramente busca o trabalho concomitante entre a “instância estética” e a “instância histórica”.

Cesare Brandi, para o restauro, propõe que a relação entre as “instâncias” estética e histórica se resolva em uma dialética, contrapondo-se a certas correntes filiadas ao positivismo, que encaravam a obra essencialmente como documentos históricos, mas também se diferenciando, e indo além, de correntes estéticas neoidealistas, as quais trabalhavam, sobretudo, com as questões de figuratividade. Segundo sua visão, não se pode entender a obra de arte como desvinculada do tempo histórico, nem o documento histórico como algo destituído de uma configuração (KÜHL, 2007: 200).

Talvez seja em decorrência desta interpretação superficial e errônea que ele tenha considerado a teoria brandiana como “coisa do passado”. Importante ainda lembrar que a “instância estética” brandiana não se refere ao “original”, mas à leitura do conjunto no momento de seu reconhecimento enquanto bem de valor patrimonial.

A confusão torna-se ainda maior quando Muñoz Viñas entra na discussão sobre o papel da “verdade” nas ações de conservação. Quando coloca que “*as teorias estéticas estão concentradas na noção de integridade estética*” e considera que “*respeitar a história enquanto*

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

*ao mesmo tempo se recupera uma integridade artística do objeto é uma tarefa quase impossível*”, o autor faz uma grande confusão na leitura da teoria brandiana (MUÑOZ VIÑAS, 2005: 83 - tradução dos autores). É verdade que ele destaca a tentativa de Brandi de resolver esta suposta dicotomia ao enfatizar a necessidade de distinguibilidade das intervenções, porém, considera esta tentativa de “objetividade” quase como um fetiche do que ele chama “as teorias clássicas baseadas na busca pela verdade”.

Esta impossibilidade de conciliação observada por Muñoz Viñas é resultado de uma leitura totalmente equivocada dos conceitos de autenticidade e integridade. O autor se refere repetidas vezes a esta busca pela autenticidade e integridade como uma busca por uma feição entendida como “original”, o “retorno ao autêntico”. É exatamente contra esta postura fortemente baseada numa visão oitocentista de restauro que estamos argumentando neste artigo no que diz respeito à prática ainda corrente no IPHAN. Para o enfrentamento deste tipo de postura, Brandi nos apresenta um ferramental de grande valor. Muñoz Viñas acaba por fazer um grande desserviço ao entendimento e incorporação de alguns dos conceitos propostos por Brandi ao colocá-lo no mesmo pacote de outros teóricos que o precedem. O autor chega a dizer que:

(...) o papel desempenhado pela autenticidade nas teorias objetivas da conservação é fictício. A modificação de um objeto não pode ser realizada em nome da autenticidade, mesmo se os atores que decidam essa modificação escolham seguir as descobertas que resultam da aplicação métodos científicos. Nesses casos, o papel da ciência é secundário: ele ajuda a conhecer fatos históricos e técnicos, mas não ajuda a tomar as decisões essenciais de fazer um objeto retornar a uma condição passada (suspeita, imaginada ou lembrada), optar por esta condição não é objetivamente razoável. (MUÑOZ VIÑAS, 2005: 111 - tradução dos autores).<sup>xi</sup>

Por esta citação fica bastante claro que a noção de autenticidade aqui trabalhada é totalmente oposta à visão brandiana e ao conceito anteriormente apresentado para este termo. Esta busca por um determinado passado, criticada por Muñoz Viñas, era a visão oitocentista de Viollet Le Duc que teima em ser retomada até os dias de hoje apesar das formulações posteriores!! O problema da crítica é desmerecer o conceito de autenticidade a partir de uma visão ultrapassada do termo! Stovel (2007) ressalta que, apesar das discussões teóricas promovidas pelos que estavam envolvidos com a elaboração das “Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention” da UNESCO defenderem uma visão do conceito de autenticidade que não diz respeito ao “original”, ele reconhece que esta postura continua ainda muito presente em algumas atuações dos Estados Parte.<sup>xii</sup>

O autor passa então a apresentar o conceito de “legibilidade” que, segundo ele, corresponde à “habilidade de um objeto ser corretamente compreendido ou ‘lido’ pelo observador” (MUÑOZ VIÑAS, 2005: 115 - tradução dos autores). Como podemos perceber, este conceito é utilizado por Muñoz-Viñas no mesmo sentido em que compreendemos aqui o conceito de “integridade” anteriormente apresentado. E continua, em tom de crítica: “Quando os conservadores decidem transformar um objeto em algo ‘legível’, eles estão de fato fazendo uma escolha; eles estão decidindo qual a legibilidade que deve prevalecer sobre as várias possíveis” (MUÑOZ VIÑAS, 2005: 116 - tradução dos autores).<sup>xiii</sup> Concordamos com o autor mas não vemos qual o motivo da crítica, uma vez que aí reside exatamente a necessidade do juízo crítico defendido Brandi em sua teoria. Atualizando as formulações brandianas, o que deve ser incluído neste juízo crítico são os valores simbólicos que vão além do histórico-estético e, aqui sim, ressalta-se a grande contribuição do Muñoz Viñas (2005: 169) ao formular a noção de “intersubjetividade”. Na conservação, a intersubjetividade seria o resultado de acordos entre os sujeitos para os

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

quais determinados objetos possuem significado, sendo a preservação destes objetos de responsabilidade de todos os envolvidos. A conservação passa, assim, a não ser uma ação concentrada nos experts mas deve envolver uma gama muito maior de sujeitos.

Percebemos, então, que esta construção teórica continuada possui um encadeamento claro e que não deve ser observada a partir de frases soltas ou princípios absolutos. O que nos interessa é a essência de cada contribuição e a possibilidade de continuar este caminho de refinamento teórico no sentido de nos dar maiores condições de enfrentar, com tranquilidade e atitudes conscientes, a prática preservacionista na atualidade.

### 3. AS AÇÕES DE RECONHECIMENTO E DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO NOS SÍTIOS HISTÓRICOS CEARENSES

Serão utilizados como objetos de análises projetos de intervenções, nos âmbitos urbano e arquitetônico (projetos urbanos e propostas de restauro). Esse universo de análise contempla cidades de médio e pequeno porte, em especial no interior do Ceará.

Partimos da premissa de que as diretrizes estabelecidas e as ações interventivas propostas e realizadas nestes espaços são pautadas em uma determinada hierarquização: **1.** Com relação às ações vinculadas aos denominados “edifícios destacados” – os monumentos, ou os espaços e edifícios “primitivos”, há uma tendência a se buscar a recuperação do caráter “original”/ “primitivo” desses edifícios, e as intervenções são amparadas em bases científicas e em fontes documentais, que possam atestar a “veracidade” dos fatos. Típica noção do restauro oitocentista que difere completamente da proposta histórico-crítica de Cesare Brandi. A estes edifícios também será dado o privilégio de nortear as relações formais, necessárias a garantir as condições de visibilidade adequadas à sua condição hierárquica; **2.** Este último aspecto condiciona de forma marcante as diretrizes de intervenção nos espaços que formam conjunto com os edifícios destacados. A tendência que predomina é o reforço à constituição de um espaço uniforme, homogêneo.

Pretende-se, portanto, reiterar a necessidade de se estabelecer uma postura crítica frente a esse processo, no sentido de se apontar a possibilidade de evidenciar outros caminhos de enfrentamento desta temática, que sejam condizentes com o quadro de ampliação do aparato teórico-conceitual constituído, notadamente a partir da segunda metade do século XX.

As ações preservacionistas relacionadas ao tombamento de sítios históricos no estado do Ceará têm início no final dos anos 1990, com o tombamento do sítio histórico da cidade de Icó, localizada na região centro-sul do estado.<sup>xiv</sup> O processo relativo aos estudos para tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Icó teve como justificativa o fato de que o referido conjunto podia ser considerado como um testemunho material do processo de colonização do sertão nordestino, e mais especificamente, do Ceará, conforme atesta o documento *Icó: estudo para tombamento federal*, elaborado em 1996, pela 4ª Coordenadoria Regional do IPHAN, no Ceará: “[...] A documentação histórica revela a proeminência da Vila de Icó no cenário de ocupação do sertão nordestino e nisso, em última análise, reside o seu valor como patrimônio nacional”. (IPHAN, 1996, p. 32). Do mesmo documento retiramos a afirmação da importância do núcleo histórico, ao ser atribuído a este um valor semelhante aos sítios históricos já tidos como consagrados:

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

A 4ª Coordenação Regional entende que o quadro da preservação urbana instituída pelo IPHAN a partir do tombamento, em 1938, de seis cidades em Minas Gerais, não estará completo em sua atual evolução conceitual sem a proteção de núcleos urbanos que documentem a árdua conquista do sertão nordestino. Sem nenhuma dúvida, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó é um elemento fundamental na documentação desse significativo capítulo da história do país. (IPHAN, 1996, p. 36)

Neste sentido, a principal motivação para o tombamento do referido núcleo a nível nacional é a condição que este sítio ostenta de representar o processo de conformação territorial do sertão nordestino. A elaboração de tombamento parte, portanto, da premissa básica de identificação das características singulares da referida cidade, a partir dos elementos que configuram o seu sítio histórico, e, por conseguinte, da materialidade apresentada pelo conjunto arquitetônico e urbanístico – materialidade esta em que podem ser identificadas as determinantes socioeconômicas do espaço sertanejo –, e onde são apresentadas as singularidades/particularidades representativas da cidade de Icó. Estes preceitos são corroborados pelos diversos pareceres que recomendaram a homologação do processo. Nota-se, portanto, que a abordagem seguida é orientada a partir do entendimento destes espaços como representativos da *Cidade-documento*, (sertaneja, especificamente). Essa abordagem orientará o estudo para tombamento de outros sítios históricos cearenses: Aracati, em 1999 e Sobral em 2000.<sup>xv</sup>

No ano de 2002, outro sítio histórico cearense é reconhecido como Patrimônio Nacional. Trata-se do trecho da área central da cidade de Viçosa do Ceará, disposto em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção e suas adjacências. Neste caso, a cidade não está diretamente ligada ao conjunto de núcleos sertanejos do qual as outras cidades mencionadas fazem parte, como dignas representantes das “vilas de brancos” fundadas no século XVIII no Ceará, mas faz parte de uma conjuntura histórica igualmente relevante: a presença jesuítica no em terras cearenses, e a importante missão de catequizar os índios, notadamente os que habitavam a serra da Ibiapaba, maciço que separa o Ceará do Piauí. A ação jesuítica teve como uma das consequências, o estabelecimento de aldeamentos indígenas que, a partir da expulsão desta ordem religiosa do Brasil, são transformadas em “vilas de índios” pela Coroa Portuguesa.<sup>xvi</sup>

Tomaremos o caso de Viçosa como objeto de análise, por se tratar de um exemplo de estudo de tombamento de “conjunto urbano”, cujo argumento mais relevante está pautado na necessidade de se “preservar um quadro de valorização da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção”, ou seja, mesmo se tratando de um contexto urbano, é no edifício que se encontra a razão de ser do tombamento. É para a sua valorização que estarão voltadas tanto a elaboração do estudo que irá motivar o tombamento – incluído o estudo para tombamento propriamente dito e o seu desdobramento, como é o caso do parecer emitido acerca desse estudo – como as ações de restauro realizadas na edificação, posteriores ao tombamento do conjunto urbano.

Na análise realizada por José Liberal de Castro<sup>xvii</sup>, emitida no documento intitulado “Viçosa do Ceará: Parecer sobre tombamento federal de trecho urbano”, o arquiteto, ao tecer comentário sobre “razões para o tombamento” do referido sítio histórico, deixa claro que o tombamento solicitado justifica-se fundamentalmente, pela significação do edifício da Igreja Matriz. Para CASTRO (2002):

O tombamento justifica-se fundamentalmente como um meio de realçar a cidade, em si, dado o peso de sua significação histórica e urbana, embora o atual acervo arquitetônico viçosense pouco ou

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

nada tenha ver objetivamente com as fases distantes do seu passado, **salvo em reduzidas partes da Igreja Matriz.** (CASTRO, in RHC, 2002, p. 53). Grifo nosso.

Essa significação é o que será também evidenciada nas recomendações acerca de possíveis intervenções que objetivem a valorização do espaço a ser tombado. Podemos identificar este aspecto em outro trecho do Parecer, que se reporta à necessidade de se reconstituir as antigas relações da igreja com o espaço urbano, assim relatado:

Com referência à Igreja Matriz, na busca de **reconstituir suas antigas relações com o espaço urbano**, deve ser estudado um modo de recomposição dos atuais acessos ao adro, pois a edificação foi erguida sobre uma pequena elevação do terreno, por muito tempo mantida em seu relevo natural, que poderia ser reconstituída, pelo menos em parte. (CASTRO, in RHC, 2002, p. 56). Grifo nosso.

A recomendação será acatada na proposta de restauro do edifício. As escadarias de acesso darão lugar a um talude gramado, buscando uma aproximação com a situação “de origem”, definida pela implantação da igreja em um elevado, um dos elementos que garantia a hierarquização do edifício com relação ao quadro urbano.

O sentido de retomada e valorização das feições primitivas da Igreja também é observado no restauro da edificação propriamente dita. Amparada em “fontes documentais e referências bibliográficas que atestam a veracidade dos fatos”<sup>xviii</sup>, bem como nas recomendações de realização de prospecções arquitetônicas como “fontes científicas de inegável veracidade”<sup>xix</sup>, a proposta de restauro buscou enfatizar os elementos “de origem”, encontrados: no caso, as pinturas do forro do altar-mor, e a parede que o delimita.

Neste sentido, os painéis do forro foram restaurados com base em métodos científicos, com o objetivo de se retomar a aparência mais próxima possível de seu estado original; a alvenaria foi desbastada, de forma a se deixar à mostra o sistema construtivo e os materiais empregados na sua execução; para evidenciar o caráter “didático” da intervenção, foi incorporada uma escada metálica na parte posterior da alvenaria (no espaço destinado a sacristia da igreja), com o intuito de se dar acesso visual à parte superior da alvenaria “primitiva”, bem como possibilitar o acesso visual mais aproximado ao sistema estrutural da cobertura, definido por tesouras de madeira, em uma solução bastante simples, porém bastante característica dos edifícios religiosos construídos à época no Ceará<sup>xx</sup>.

Os demais espaços da Igreja – excetuando-se os trabalhos de prospecção arqueológicos realizados em uma das torres – foram tratados de forma a dar relevância aos elementos originais. As demais alvenarias e colunatas receberam o tratamento em cor branca, sem dar destaque aos ornamentos - tratamento seguido, inclusive, nas fachadas.

Observa-se também uma tentativa de “limpeza visual” e “organização” dos elementos apostos à alvenaria. Os quadros da via-sacra e a estatuária dos santos de devoção foram dispostos de maneira organizada nas alvenarias laterais, que receberam uma iluminação indireta, definidas por calhas contínuas, também pintadas de branco.

Em síntese: em termos urbanos, o restauro buscou seguir a recomendação do parecer, no que tange à tentativa de reconstituição da relação do edifício com o entorno, marcada pela hierarquização espacial do edifício religioso: no alto de uma colina, recomposta, “pelo menos em parte”. A esse aspecto, soma-se a retomada da reluzência do edifício, possibilitada pela reutilização da cor branca do edifício, em substituição ao cinza encontrado no período pré-



**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

restauro. A mesma branca invade o espaço interno do edifício, e enfatiza, pelo contraponto, os elementos originais.

Figura 3: desenho da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, em momento posterior ao restauro de 2002. Observar as alvenarias pintadas em cor cinza, e o acesso ao edifício, por meio de uma escadaria. Fonte: croqui realizado por Clewton Nascimento.



Figura 4: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Viçosa do Ceará, já restaurada. A ideia de retomada da a situação “de origem”, definida pela implantação da igreja em um elevado, levou a solução de construção de um talude e redução dos degraus ao eixo definidos pelos acessos da igreja. Fonte: croqui realizado por Clewton Nascimento.



**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
 Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

Figura 5: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Viçosa do Ceará, vista interna. A O tratamento dado às alvenarias e às colunatas – pintados de branco – hierarquizam a intervenção restaurativa dos elementos “primitivos”: forro e alvenaria de fechamento do altar mor. Fonte: acervo Pedro Esdras (publicação autorizada pelo autor)



Figuras 6 e 7: Altar-mor e forro da Igreja Matriz de Nossa da Assunção, Viçosa do Ceará. Fonte: acervo Pedro Esdras (publicação autorizada pelo autor).



Com relação aos edifícios residenciais, o parecer ratifica o caráter de homogeneidade, já apontado pelo estudo de tombamento. Mesmo apresentando transformações ao longo dos séculos XIX e XX, observa-se que *“se mantinham os traços mais característicos da paisagem urbana antiga, já que ficavam preservados a volumetria e o sistema de implantação dos edifícios”, pois, “(...) apesar de os exteriores mostrarem evidente variedade formal, as plantas das casas reproduzem as tipologias correntes no Ceará (e, de certo modo, no Brasil, claramente vinculadas aos modos de vida do século XIX”* (CASTRO, in RHC, 2002, p. 52).

Quanto aos padrões formais, o parecer aponta que a homogeneidade da paisagem urbana era definida pelo emprego de parâmetros gerais, exigidos pelas posturas municipais, tais como:



**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

(...) larguras das vias e das calçadas, dimensões dos vãos de iluminação e ventilação das casas, alturas das soleiras, das cornijas, das platibandas. (...) Os próprios muros dos quintais das casas de esquina, voltados para ruas, tinham dimensionamento previsto nas posturas, as quais obrigavam o uso repetido de vãos cegos, a fim de conferir certo ritmo aos parâmetros, integrando-os esteticamente às fachadas de frente. (CASTRO, in RHC, 2002, p. 50-51).

Ainda segundo o referido documento,

Esses sistemas de códigos urbanos, adaptados das normas vigentes na Capital, eram aplicados com rigor pelas câmaras municipais, do que resultava evidente **unidade nos conjuntos, mantida mesmo quando as fachadas começaram a ganhar modificações ‘atualizadoras’**. Eis por que, como ainda hoje se pode perceber, a paisagem urbana de Viçosa oitocentista, tal como de outras cidades cearenses, reflete o emprego daquela legislação padronizadora. (CASTRO, in RHC, 2002, p. 51). Grifo nosso.

Em síntese, o relator do parecer reforça a identificação feita no estudo para tombamento, dos aspectos “homogeneidade / unidade”, “singeleza” e “equilíbrio”, como caracterizadores do sítio urbano a ser preservado, recomendando o seu tombamento. No entanto, chama a atenção para questões a serem levadas em consideração acerca existência de discrepâncias na paisagem urbana que comprometem a identificação deste espaço “equilibrado, homogêneo e singelo”, insistindo, inclusive, em “ênfatar a necessidade de recomposição de alguns marcos urbanos destoantes, ora eliminando ora neutralizando as partes que interferem na harmonia do conjunto”. (CASTRO, in RHC, 2002, p. 60)

Nessa perspectiva, o parecer reforça a necessidade da aprovação de legislação específica que tenha como direcionamento a preservação das “características identificadoras do referido sítio histórico”, perpetuando assim uma prática que atenta contra a autenticidade do conjunto ao diluir permanências e novas proposições de forma homogênea.

A constituição de um quadro de diretrizes, por parte do IPHAN para análise e orientação de intervenções, busca consolidar as recomendações do parecer e do estudo de tombamento. Esse quadro toma como referência, além das recomendações estabelecidas nos estudos para tombamento, práticas já consolidadas no âmbito da fiscalização dos demais sítios históricos tombados.

Tomando como base os documentos de controle e regulação das obras dos sítios históricos cearenses – com ênfase nos Pareceres e nas Informações Técnicas – podemos identificar os elementos que irão constituir os parâmetros a serem seguidos para intervenções, a saber:

- necessidade de preservação dos elementos originais/autênticos. Em alguns casos, utiliza-se da fotografia como prova documental da originalidade/autenticidade dos edifícios, sendo permitida, portanto, a reconstituição e/ou recomposição;
- restabelecimento dos bens a um estado anterior conhecido (conforme a *Carta de Burra* – Austrália, 1980); propõe-se em alguns casos a demolição de elementos tido como desconformes;
- necessidade de preservação da visibilidade e ambiência dos bens representativos;
- necessidade de constituição dos ritmos e dos alinhamentos das fachadas;
- a pintura dos edifícios deverá ser executada de forma discreta e em tons claros (neutros).

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

Neste âmbito, identificam-se algumas interferências que devem ser evitadas, para que seja garantida a manutenção dos elementos caracterizadores dos sítios históricos. Não é recomendável, portanto:

- a utilização de placas de comunicação visual que interfiram na visibilidade do bem;
- a utilização de materiais muito chamativos nas fachadas, tais como cerâmicas, granitos, mármore, porcelanatos, tijolos de vidro;
- a utilização de portões em alumínio (sugestão: ferro e madeira). As esquadrias devem ser de madeira (veneziana ou do tipo “ficha”);
- a alteração na percepção do ritmo original do plano das cobertas e das fachadas;
- a descaracterização da regularidade do ritmo e da escala das fachadas;
- a utilização de elementos que se projetem sobre as fachadas, tipos marquises etc.;
- a execução de caixa d’água situada acima da linha de cumeeira. Este elemento deverá ficar abaixo da coberta;
- a utilização de elementos com desenhos rebuscados, que se configuram como agressão ao caráter rústico e singelo da arquitetura tradicional.

O rigor na utilização desse quadro de parametrizações tem levado à transformação desses sítios históricos em espaços homogeneizados – pautados pela busca de consolidação de uma “eterna imagem do passado” – negligenciando o seu caráter de autenticidade. O que nos preocupa, é o fato de que, para além dessa negligência com o âmbito da autenticidade, algumas intervenções, por se aterem ao rigor formal estabelecido, criam soluções de qualidades espaciais extremamente questionáveis.

#### **4 A CRISTALIZAÇÃO DA “ETERNA IMAGEM DO PASSADO”: PERSPECTIVAS PARA A SUA SUPERAÇÃO?**

Vimos em vários momentos deste artigo como o conceito de patrimônio vem sendo ampliado abarcando toda a produção cultural que possua significado para determinado grupo de pessoas. Esta ampliação, entretanto, não invalida princípios de atuação na prática conservacionista, em especial aqueles propostos pela teoria crítica brandiana (KÜHL, 2007; CARBONARA, 2006; VIEIRA, 2004).

Muñoz Viñas (2005) trará contribuição importante ao destacar o papel dos diferentes envolvidos no processo de significação e reconhecimento de determinado bem (intersubjetividade) e na importância da participação destes nas ações e decisões de conservação.

Entretanto, as proposições da Teoria Contemporânea da Conservação acerca dos temas da autenticidade, integridade e legibilidade podem levar, infelizmente, à perpetuação de ações como as acima exemplificadas uma vez que argumentam pela inoperância e inadequação destes conceitos através de uma interpretação totalmente equivocada dos mesmos. Para complicar a situação já podemos observar ecos dessa argumentação em outras produções recentes que reproduzem a suposta superação dos conceitos de autenticidade e integridade a partir de uma leitura pouco aprofundada destes, como se os mesmos fossem incompatíveis com a consideração, por exemplo, dos significados atribuídos a determinado bem cultural (PEREIRA, 2011).

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

Desacreditar os conceitos de autenticidade e integridade (como estes foram apresentados neste artigo - SILVA, 2012; CLAVIR, 2002; JOKILEHTO, 2006; STOVEL, 2007; VIEIRA, 2008) e considerar posturas como as defendidas pelo restauro crítico como “coisas do passado”, acreditamos, é um convite à perpetuação da cristalização da “eterna imagem do passado”. Se tudo é possível. Porque não?

Na verdade, o que gostaríamos de enfatizar aqui é a necessidade de ultrapassar a improdutiva dicotomia entre os “brandianos” por excelência e os “pós-modernistas” da conservação. Superar a visão concentrada na obra de arte é preciso mas isso não significa invalidar a teoria brandiana (KÜHL, 2007)! Considerar o imaterial, os usos e os significados é primordial mas isso não quer dizer que os conceitos de autenticidade e integridade não possuem mais utilidade! Afinal, como o próprio Muñoz Viñas (2005: 57) coloca, “conservadores trabalham em objetos tangíveis, porém, eles serão, por sua vez, utilizados para propósitos intangíveis”. Assim, essas definições permanecem sendo úteis ao trato com o material que não necessariamente desconsidera (nem deve desconsiderar) o imaterial!! O reconhecimento da importância da negociação entre sujeitos envolvidos (intersubjetividade) é uma contribuição contemporânea que pode ser perfeitamente incluída na formulação do juízo crítico sobre a intervenção, podendo levar a uma definição sobre a integridade que se deseja alcançar como uma construção coletiva.

Por isso, a restauração deve seguir princípios gerais, vinculados a uma unidade conceitual e metodológica (algo diverso de regras fixas), para as várias formas de manifestação cultural, mesmo na diversidade dos meios a serem empregados para se enfrentar os problemas, em função das particularidades de cada obra, ou conjunto de obras, e de seu particular transcurso ao longo do tempo. É ato histórico-crítico ancorado na história e na filosofia. Essa vinculação é essencial para aqueles que atuam na preservação de bens culturais, pois possibilita se superar atitudes ditadas por predileções individuais, que qualquer ser pensante possui, e por uma maior ou menor apreciação de uma dada sociedade e um dado momento histórico em relação às manifestações culturais de outros períodos, e agir-se de acordo com sólida deontologia profissional, alicerçada em uma visão histórica. É importante salientar que esse processo não é óbvio; ao contrário, é procedimento necessariamente multidisciplinar – justamente para minimizar o risco de atitudes individualistas, parciais e deformadoras –, a exigir estudos e reflexões aprofundadas, não admitindo aplicações mecânicas de fórmulas, exigindo esforços de interpretação caso a caso e não aceitando simplificações (KÜHL, 2007: 208).

## 5 REFERÊNCIAS

- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Apresentação por Beatriz Mugayar Kühl e tradução por Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Coleção Artes & Ofícios, n. 3. 63p.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Apresentação por Giovanni Carbonara e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Coleção Artes & Ofícios, n. 5. 261p.
- BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. *Conflitos projetuais entre a Academia e o IPHAN em Laranjeiras (SE) Fundamentação teórica no projetar da nova arquitetura em áreas patrimoniais & a re-edição da prática destrutiva e arbitrária do estilo patrimônio (sic)*. In: Anais do V Projetar - Processos de projeto: Teorias e Práticas, UFMG, 2011.
- CARBONARA, Giovanni. *Brandi e a restauração arquitetônica hoje*. In: *Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, n. 6, São Paulo, set. 2006. p. 35-48.
- CASTRO, José Liberal de *Viçosa do Ceará: parecer sobre tombamento federal de trecho urbano*, in *Revista do Instituto do Ceará*, ano 2002, p. 60



**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

- CLAVIR, Mirian. *Preserving what is valued: museums, conservation and First Nations*. Vancouver: UBC Press, 2002.
- DOURADO, Odete. *Por um restauro urbano: Novas edificações que restauram cidade monumentais*. In: RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, v.1, n.8, julho a dezembro de 2003. p. 8-13.
- IPHAN. 4ª Superintendência Regional-Ceará. *Icó – estudo para tombamento federal*. Brasília, 1996. v. I, II.
- JOKILEHTO, Jukka. *Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context*. In: City & Time 2 (1): 1. [online] URL:<http://www.ct.ceci-br.org>, 2006.
- JOKILEHTO, Jukka. *Authenticity: a General Framework for the Concept*. In: LARSEN, Knut Einar (ed.). Nara Conference on Authenticity – Proceedings. Japan:UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1995. p. 17-34.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Cesare Brandi e a teoria da restauração*. In: Revista Pós, n. 21, São Paulo: junho 2007. p. 198-211.
- LARSEN, Knut Einar (ed.). *Nara Conference on Authenticity – Proceedings*. Japan:UNESCO / ICCROM / ICOMOS, 1995.
- LIMA, Ludmilla. *Viagem ao Rio de Janeiro Colonial*. Matéria publicada no Jornal do Comércio, pág 14 do Caderno Brasil, 01 de janeiro de 2012.
- MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, 1987. p. 108-122.
- MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.
- NASCIMENTO, José Clewton do. *(Re) descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre areal e patrimônio nacional*. Salvador: EDUFBA, PPGAU; – Florianópolis: ANPUR, 2011. 442p.
- PEREIRA, Honório Nicholls. *Tendências contemporâneas na teoria da restauração*. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (Orgs). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2001. p. 101-116.
- RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1987.
- RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1996. 49p. (PRETEXTOS, Série b, Memórias, 2).
- SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma da preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador: UFBA, 1995. 268p.
- SANT'ANNA, Márcia. *A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador: UFBA, 2004. 399p.
- SILVA, Paula Maciel. *Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: 2012.
- STOVEL, Herb. *Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions*. In: City & Time 2 (3): 3. [online] URL:<http://www.ct.ceci-br.org>, 2007.
- UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris, 2005 (revisão).
- VIEIRA, Natália Miranda. *Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas*. Anais do ARQUIMEMÓRIA 3- Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2008.
- VIEIRA N. M. *Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Editora da UFPE, 2007.
- VIEIRA, Natália Miranda. *A Discipline in the making: Restoration Classics Revisited*. In: City & Time 1 (1): 1. [online] URL:<http://www.ct.ceci-br.org>, 2005.
- VIEIRA, Natália Miranda. *Teoria da Restauração: a relevância e incompreensão do pensamento brandiano*. In: Anais do I Fórum Brasileiro sobre Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: UFMG, dezembro de 2004.

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

VIOLLET LE DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Apresentação e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. Coleção Artes & Ofícios, n. 1. 70p.

VIOLLET LE DUC, Eugène Emmanuel. *Restauo*. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1996. 52p. (PRETEXTOS, Série b, Memórias, 1). p. 4-6

<sup>i</sup> Neste artigo utilizaremos os termos “preservação” e “conservação” como sinônimos. Segundo Muñoz Viñas (2005: 30, 31), o termo “conservação” quando utilizado em uma abordagem mais larga, se refere a todas as possíveis atividades relacionadas ao objeto de valor cultural, inclusive a restauração. É esta conceituação que estamos utilizando neste artigo. O autor esclarece ainda que a confusão entre conceitos é grande porque nas línguas latinas como o italiano, o francês e o espanhol, “conservação” neste sentido mais abrangente é traduzido como ‘restauo’ (Italiano), ‘restauración’ (espanhol) ou ‘restauration’ (francês), assim traduções para o inglês, e, acrescentamos, para o português, são frequentemente imprecisas. Alguns autores e organizações utilizam o termo “preservação” com este sentido mais amplo, como é o caso do Brasil, onde é muito comum a utilização de “preservação” com o sentido que estamos aqui dando ao termo “conservação”. **Daí a decisão de utilizar tanto o termo “preservação” quanto o termo “conservação” ao longo do artigo considerando que estão incluídas nestes termos todos os níveis de ações intervencionistas possíveis.**

<sup>ii</sup> O artigo *Conflitos projetuais entre a Academia e o IPHAN em Laranjeiras (SE) Fundamentação teórica no projetar da nova arquitetura em áreas patrimoniais & a re-edição da prática destrutiva e arbitrária do estilo patrimônio (sic)*, de Betânia Brendle, apresenta exatamente esta perpetuação e transferência da prática do “estilo patrimônio”, nesse caso, para a atuação do IPHAN em Sergipe.

<sup>iii</sup> Sobre este assunto ver CAVALCANTI, Lauro (Org.). *Modernistas na Repartição* - 2ª Edição – Rio de Janeiro: Co-edição UFRJ/Paço Imperial, 2001.

<sup>iv</sup> Sobre este caso, o artigo de Lia Motta, *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*, é leitura fundamental. Também destacamos a dissertação de mestrado defendida no PPGAU-UFBA, em 2006, de Liliâne de Castro Vieira intitulada *As tipologias arquitetônicas de Ouro Preto no século XX: estudo comparativo entre os inventários de 1949 e 2002*.

<sup>v</sup> “O Sistema FIEMG, atua de forma integrada, moderna e sustentável em prol do desenvolvimento da indústria mineira e brasileira. Por isso, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (CIEMG) oferecem, juntos, diversos serviços em diferentes áreas que ajudam a indústria mineira a crescer de forma sustentável e ser cada dia mais competitiva.” Fonte: <http://www5.fiemg.com.br/Default.aspx?tabid=13362> acessado em 24/06/12.

<sup>vi</sup> Sobre este assunto ver MENEZES, José Luiz da Mota. *Sé de Olinda*. FUNDARPE, 1985.

<sup>vii</sup> É preciso lembrar que a crítica que Ruskin faz ao restauro não pode ser deslocada do período de sua contribuição. Quando o autor defende que o restauro poder ser “a pior das mortes” de um edifício, está se referindo a prática restaurativa vigente neste momento, ou seja, a postura invasiva de Viollet le Duc. Ele não está falando do restauro como o entendemos hoje! Aliás, vários aspectos deste entendimento atual devem muito às reflexões de Ruskin: a preocupação com as gerações futuras, a atenção para com a arquitetura doméstica e os núcleos urbanos, etc...

<sup>viii</sup> “(...) Alguns consideram essa afirmação como um desinteresse de Brandi por quaisquer objetos que não fossem “obras de arte”, e esses objetos jamais entrariam no campo da preservação de bens culturais. Deve-se lembrar, porém, que o restauro de obras de arte era, nas intervenções do segundo pós-guerra, uma questão pungente e o livro é a consubstanciação de seu pensamento, com base em sua atuação no ICR. Isso não significa, porém, que a teoria brandiana não possa ser aplicada a outros tipos de manifestação cultural, inclusive a objetos recentes e industrializados que passaram a ser considerados bens culturais. Sobre essas questões se detiveram em tempos recentes, e detêm-se na atualidade, variados autores, com elaborações teóricas voltadas a estender a unidade conceitual e metodológica de Brandi para temas dos quais ele não se ocupou e problemas não-colocados quando elaborou seu livro. Exemplos são os esforços em relação a várias formas de manifestação cultural, como o cinema, a arte contemporânea, a arquitetura moderna, por autores tais como Heinz Althöfer, Giovanni Urbani, Michele Cordaro, o próprio Basile, e Giovanni Carbonara.” (KÜHL, 2007: 202).

**Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**  
**Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**  
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

<sup>ix</sup> *“Integrity is a measure of the wholeness and intactness of the natural and/or cultural heritage and its attributes”* (UNESCO, 2005).

<sup>x</sup> O autor especifica que está entendendo por “contemporâneas” as contribuições identificadas a partir dos anos 80, defendendo que a determinação desta data não é arbitrária por corresponder a época em que se iniciam, por exemplo, uma série de debates críticos em relação ao conceito de reversibilidade e também por ser a década onde o conceito de pós-modernismo se tornará mais amplamente apropriada com uma série de temas que terão impacto na teoria da conservação (MUÑOZ VIÑAS, 2005).

<sup>xi</sup> *As a consequence, the role that authenticity plays in objectivist theories of conservation is fictitious. Modifying an object cannot be done for the sake of authenticity, even if the subjects who decide this modification choose to abide by the findings made through scientific methods. In these cases, the role of science is secondary: it helps to know historical and technical facts, but it does not help in making the core decision of returning an object to a past (suspected, imagined or remembered) condition; preferring that condition is not objectively reasonable* (MUÑOZ VIÑAS, 2005: 111).

<sup>xii</sup> Stovel (2007) diz que essa percepção da autenticidade relacionada a um estado “original” de determinado bem ou lugar, tem início no *American National Park Service Administrative Manual* de 1953 e continua, apesar dos inúmeros trabalhos reflexivos que apontam em outra direção, muito presente na atuação de alguns órgãos preservacionistas ao redor do mundo.

<sup>xiii</sup> *When conservators decide to render an object ‘legible’, they are actually making a choice; they are deciding which legibility should prevail over the many possible ones* (MUÑOZ VIÑAS, 2005: 116).

<sup>xiv</sup> Conforme indicado, as ações efetivas ocorrem a partir dos anos 1990, porém, os estudos preliminares que abrem os processos de tombamento dos conjuntos urbanísticos das referidas cidades, datam do ano de 1978, sendo arquivados, sem uma resposta imediata com relação ao tombamento dos mesmos.

<sup>xv</sup> Vale ressaltar que o tombamento do núcleo histórico de Sobral é motivado pelo seu grau de representatividade dentro do quadro de cidades sertanejas cearenses, porém, a delimitação das áreas tombada e de entorno foi definida a partir de uma metodologia diferenciada da utilizada nos demais casos, fato que gerou discussões polêmicas no âmbito interno da instituição. A esse respeito, consultar NASCIMENTO, 2011.

<sup>xvi</sup> Sobre o processo de urbanização do Ceará, nos séculos XVIII e XIX – notadamente sobre “Vilas de Índios e “Vilas de Brancos” –, consultar JUCÁ NETO (2012).

<sup>xvii</sup> O arquiteto José Liberal de Castro é membro do conselho consultivo do IPHAN.

<sup>xviii</sup> CASTRO, José Liberal de. *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de forro*. Fortaleza: Iphan/UFC, 2001.

<sup>xix</sup> Citar Carta de Veneza. Essa condição é recomendada pelo relator do Parecer: “as prospecções arquitetônicas tornam-se imprescindíveis em favor de dirimir dúvidas quanto à origem do traçado urbano e de esclarecer certas formas originais de algumas edificações”. (CASTRO in RIC, 2002, p.60)

<sup>xx</sup> Todo o sistema de cobertura da Igreja também foi restaurado. “à maneira original”.